

Ata n.º 09/2016

**Ata da Reunião Extraordinária realizada no
dia 14 de abril de 2016**

Aos catorze dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, no edifício-sede do Município de Almodôvar, na sala de reuniões da Câmara Municipal, **teve lugar** nos termos do art.º 41.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a **reunião extraordinária, da Câmara Municipal**, a qual foi presidida pelo **Dr. António Manuel Ascensão Mestre Bota, Presidente da Câmara Municipal**, encontrando-se presentes o **Sr. Vice-Presidente** Dr. Luís Gaiolas e os **Senhores Vereadores** Dr. Ricardo Colaço e Sr. António Sebastião. -----

Faltou à reunião o Senhor **Vereador, Dr. João António Palma** que por motivo profissionais não pôde estar presente, tendo a Câmara, **por unanimidade, deliberado justificar-lhe a respetiva falta.** -----

A reunião foi secretariada pela **Chefe da Divisão Administrativa e Financeira**, Helena Guerreiro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Carla Maria Moiteiro Lima.-----

A **ordem do dia**, da presente reunião, foi comunicada por correio eletrónico, nos termos da deliberação de 25.OUT.2013, cujo teor se transcreve: -----

ORDEM DO DIA:-----

1.º - Apreciação e deliberação do Relatório de Gestão de 2015, Proposta de Aplicação dos Resultados e demais documentos que integram a Prestação de Contas de 2015;-----

2.º - Apreciação e deliberação da Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício económico de 2016; -----

ABERTURA:-----

Às **dezassete horas e vinte minutos**, o Senhor Presidente declarou **aberta a reunião**, tendo a Câmara iniciado a apreciação dos assuntos constantes na Ordem do Dia. -----

1.º - RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2015, PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DEMAIS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2015: -----

Sobre o assunto em epígrafe, o **Senhor Presidente** submeteu à apreciação os documentos, e fez a seguinte súmula dos documentos em apreço: -----

O **Senhor Presidente** começou por fazer um breve enquadramento relativo à gestão do ano de 2015, não obstante o conteúdo da introdução constante do documento em apreço, frisando que nesse mesmo ano trabalharam com base numa repartição dos montantes do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), entre receita corrente e de capital, diferente daquela que foi tida em consideração em anos anteriores. -----

O exercício orçamental de 2015 ficou então repartido em 65% de receita corrente e 35% de receita de capital, diferente da repartição operada nos anos anteriores que havia sido de 90% para corrente e 10% para capital. Não foi tomada a opção dos anos anteriores, face ao número de projetos que gostariam de ter colocado em prática, optando por fazer assim, mas não foi conseguido por diversos fatores, entre eles a

morosidade nos pareceres das entidades oficiais. Este facto colocou em causa o princípio do equilíbrio orçamental. -----

Esta foi a principal causa, contudo existiram outros fatores que, decididamente, também influenciaram o incremento das despesas correntes e que passamos a enunciar: -----

- Verificou-se que houve uma série de investimentos inerentes à promoção de eventos de cariz turístico, como foi o exemplo do Festival ALMARTE, que chamou a atenção pelo trabalho feito e até foi distinguido; -----

- O apoio facultado no âmbito do Cartão Almodôvar Solidário, muito significativo na área social; -----

- Outros apoios sociais concedidos que apresentaram valores médio/altos. -----

- O incremento dos preços e nos gastos incorridos pela AGDA (Águas Públicas do Alentejo), pela operação e manutenção das infraestruturas de saneamento do Município de Almodôvar; -----

- A amortização da dívida de longo e médio prazo em cerca de 600.000 euros; -----

- A criação da *Universidade Sénior de Almodôvar*, que permitiu a ocupação, educação, convívio social, partilha de conhecimentos entre os nossos seniores e outras pessoas, o que veio acrescentar, naturalmente, uma mais-valia ao Município, mas também aumentar as despesas correntes, relativamente às do ano anterior; -----

- A aposta numa dinâmica de espetáculo, como foi o exemplo da celebração dos 20 anos da FACAL; -----

- A dinamização do evento "*Almodôvar Vila Natal*", que veio colmatar uma lacuna existente, relativamente a esta faixa etária. -----

As residências de artistas. -----

Para além do atrás exposto, existem ainda outros programas que foram implementados e que só começarão a produzir os seus efeitos em 2016, como por exemplo, o apoio à natalidade e o subsídio para os alunos do 3.º ciclo para aquisição de livros escolares. -----

Tudo isto para frisar a discrepância que marca o não cumprimento da regra do equilíbrio orçamental. Disse ainda que esta matéria está a ser analisada e que, apesar de legalmente não existir nenhum tipo de penalização para os casos do não cumprimento deste princípio, solicitamos ao Exm.º Senhor Secretário de Estado que nos permita, compensar este desequilíbrio, não no exercício seguinte, mas sim em 3 anos, esperando que esta nossa solicitação venha a ser aprovada. Não obstante, já iniciámos esta compensação, sendo que diminuámos em despesa corrente, em orçamento, cerca de trezentos mil euros, comparativamente a 31 de dezembro de 2015. Resumidamente importa referir que as nossas despesas correntes fixas cifram-se em mais de 65% daí, o nosso não cumprimento, mas haveremos de corrigir. -----

Por outro lado e comparativamente ao ano 2014 houve despesas que diminuíram, em que tivemos menos custos com pessoal, menos custos com comunicações, com resíduos sólidos urbanos, com material de transporte - peças, com água em baixa, entre outros. -- -----

Disse que a diferença plasmada no orçamento não tem a ver com o aumento das despesas fixas correntes, que baixaram cerca de 2 mil euros, mas sim, tem a ver, com o que acima mencionou, em matéria de repartição do FEF. -----

Prosseguindo, elencou os investimentos de capital, cujos programas estão concluídos: -----

A repavimentação da estrada da Aldeia dos Fernandes à Ponte da Abobada; Requalificação das 3 ruas do centro histórico; a iluminação Led em São Pedro; o Museu em Santa Clara; a Cobertura e Pavimento do Pavilhão Gimnodesportivo; repavimentação da zona de São Pedro e do Barreiro; os Ossários; a requalificação dos Parques Infantis; os apoios concedidos à Associação de Bombeiros Voluntários de Almodôvar, a substituição do sistema de refrigeração da Biblioteca Municipal e o projeto Cénico do Cineteatro. -----

Também salientou a aquisição de dois prédios urbanos, um para a requalificação da zona de São Pedro e o da Rua da Ferrara para avançar com um projeto; -----

Termina agradecendo a todos os trabalhadores municipais, sem exceção, com um apontamento muito especial para a área financeira, que chamaram a atenção, corrigiram e tornaram possível a elaboração destes documentos. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que relativamente às competências que lhe foram delegadas, gostaria de dizer que é de salutar e reforçar o que foi dito relativamente ao ano de 2015 e no que respeita à política de intervenção cultural, destacando o projeto ALMARTE e a intervenção a nível das Residências Artísticas. -----

Procurou diversificar a atividade cultural ao longo de todo o ano de 2015 e aumentar projetos de índole turística. Sublinha que, nesta linha de orientação, em 2016, já candidataram a fundos comunitários dois projetos essenciais, nesta vertente. -----

Quer reforçar a explicação que o Senhor Presidente deu relativamente às despesas, com a amortização da dívida que reduziu em cerca 600 mil euros, permitindo, consequentemente, uma diminuição da dívida para cerca de 5 milhões de euros. -----

O Senhor Vereador Ricardo Colaço referiu que, igualmente, dentro das competências que lhe foram delegadas, e relativamente ao que a Câmara Municipal se propôs, entende que os objetivos foram plenamente atingidos, referindo a exemplo, a construção dos ossários, a requalificação os parques infantis, a requalificação do Jardim dos Bombeiros e o procedimento concursal que foi assegurado pelo Município, com vista à ocupação de postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional, atividade de Sapador Florestal. -----

O Senhor Vereador António Sebastião começou por referir que não teve muito tempo para analisar os documentos, que são volumosos, mas o que interessa mais analisar é o Relatório de Gestão, porque os restantes documentos são técnicos e feitos de acordo com o exigido por lei. Referiu que não tem nada a objetar quanto à documentação técnica elaborada pelos colaboradores municipais, sendo que estão nos termos exigidos, e que assim serão enviados para o Tribunal de Contas. -----

Mencionou também que nada tem a objetar quanto à Aplicação do Resultado Líquido do Exercício, que segue os seus trâmites normais. -----

Diz que a sua apreciação é política e refere-se à execução orçamental que deve ser analisada em função da capacidade que o Executivo teve em concretizar as Grandes Opções do Plano. -----

Quando se elaboram as Grandes Opções do Plano e se distribuem as verbas pelas diversas rubricas, ficamos obrigados à realização do que está lá e a apreciação deve ser feita dentro deste parâmetro e ver se o objetivo foi, ou não, conseguido. -----

Começou por fazer duas observações: A primeira reportada ao Relatório de Gestão, onde consta a participação da Câmara no CEBAL e, segundo crê, o Executivo tomou a

decisão de sair. Por esta razão, solicita que seja verificada esta questão para que fique correta a informação nos documentos da Prestação de Contas. Continuando, opina que deveríamos continuar a participar no CEBAL porque quando se fala tanto em inovação e empreendedorismo a colaboração com esta entidade de investigação é muito importante. -----

A segunda observação foi uma chamada de atenção para a mensagem do Senhor Presidente e para a página 6 do Relatório, sugerindo que se substitua a palavra “*acrécimo*” por “*decrécimo*” porque é assim que está correto. -----

Prosseguindo a sua análise, começou por referir que a taxa de absentismo tem vindo a crescer a cada ano, considerando-a muito elevada e preocupante. -----

Referiu também que, quanto ao investimento da autarquia em formação para os trabalhadores, nos últimos três anos, tem registado um decréscimo. -----

Para além das justificações que já foram aqui dadas, um dos aspetos muito negativos da execução deste orçamento foi o não se ter respeitado o princípio do equilíbrio orçamental. É um princípio que deve ser sempre observado. Em 2014 já houve uma pequena falha mas em 2015 foi de proporções muito superiores. -----

Em 2015 um aspeto que deve ser igualmente referido é a baixa taxa de execução de despesas de capital, 31,68% do orçamento o que é bastante reduzido. É uma incapacidade do Município e da maioria que o suporta. A baixa taxa de execução de despesas de capital diz respeito ao fraco desempenho do executivo nesta área. -----

Não deixa de ser interessante, que tendo recebido em 2015 um saldo do ano anterior de mais de 3 milhões de euros, e com receitas de capital do OGE, fundos comunitários, venda de património e retroativos de rendas que recebeu das Águas Públicas do Alentejo, portanto com bastantes recursos financeiros, tenha apresentado uma taxa de execução destas. Significa que a sua capacidade de execução é muito fraca, reduzida, e muito preocupante tendo em atenção o conjunto de investimentos que é necessário realizar no concelho.-----

Ainda no que diz respeito aos 31,68% de despesas de capital realizadas, se analisarmos com mais atenção este desempenho verificamos que a situação ainda é mais grave no que aos investimentos diretos da Câmara diz respeito; senão vejamos:-----

Se retirarmos a estas despesas as transferências para as Juntas de Freguesia, o montante gasto com a aquisição de habitação, os subsídios dados aos Bombeiros e outras despesas de manutenção, verificamos que o investimento direto da Câmara Municipal feito em obras ultrapassa pouco os dois milhões de euros, ou seja 14% do orçamento previsto e 18% do efetivamente realizado.-----

Nunca tínhamos assistido a um tão fraco desempenho.-----

Das obras constantes num orçamento de 12 milhões, gastamos 2 milhões.-----

As obras físicas também são importantes e existe um grande desequilíbrio em toda a despesa efetuada, aliada a uma falta de capacidade na realização de investimentos e isso está refletido no saldo que voltou a passar para 2016 com cerca de 2 milhões e meio de euros. Se houve este saldo é porque o que era proposto acabou por não ser realizado e chama a atenção para esse facto. Continuando, enumerou algumas das obras previstas nas GOP e a sua efetiva percentagem de execução:-----

Construção de equipamento social em Gomes Aires - 0% de execução; -----

Obras em Habitações de Indivíduos e Agregados mais Desfavorecidos – 57% de execução; -----

Fundo de Emergência Social - 47% execução; -----
Requalificação Urbanística do Rosário - 0% de execução; -----
Requalificação Entrada Sul – com dotação de €411.841.84 – 4% de execução; -----
Requalificação Aldeia dos Fernandes - com dotação de 115 mil euros e 0% de execução; -----
Cineteatro – com dotação de 825 mil euros – execução de 318 mil euros - 38%; -----
Requalificação do interior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição - com dotação de 134 mil euros e 0% de execução; -----
Edição de livros e CD's - com dotação de 8 mil euros e 0% de execução; -----
Parque de Lazer da Urbanização de Santo António – dotação de 60 mil euros e 0% de execução; -----
Eletrificações públicas – pouca execução; -----
Requalificação em Santa Clara - Execução 0%; -----
Estrada Municipal 515 - Corte Zorrinho – execução 0%; -----
Construção de Oficinas Municipais – execução 0%; -----
Requalificação do Complexo Desportivo - 3% de execução; -----
Pavimentação e Repavimentação de Caminhos do Concelho – com dotação de 270 mil euros e 37% de execução; -----
Cerca de 20 intenções de intervenção em caminhos e estradas municipais com pavimentação e repavimentação, com execução 0%; -----
Museu do Pão, a obra emblemática deste executivo 0% de execução. -----
Sobre este projeto, chamou a atenção para um facto grave, em sua opinião. Na FACAL viu um esboço deste projeto, a ser edificado num edifício que nem sequer é da Câmara e nem sequer está a ser negociado com o proprietário, o que em sua opinião é grave. Foi uma bandeira desta maioria, foi exposto o projeto na FACAL com a intenção de ser realizado num edifício que não é da Câmara. -----
No que diz respeito ao seu andamento a execução é 0%; -----
Da verba orçamentada para atividade empresarial a execução também é de 0%; -----
Nas despesas correntes, apesar da saída de muitos trabalhadores e consequentemente uma diminuição das despesas com pessoal, a despesa corrente global aumentou 2,64%.-----
Este é o retrato do trabalho deste Executivo em relação à realização das Grandes Opções do Plano e da sua realização orçamental. -----
Para finalizar acrescenta mais duas notas, as 25 alterações orçamentais que se fizeram ao longo do ano a estas Grandes Opções do Plano e Orçamento e que dá cerca de 2 por mês e os 60 ajustes diretos e apenas 2 concursos públicos que esta maioria fez ao longo do ano de 2015. -----
Esta é a apreciação que apresenta a estas Grandes Opções do Plano.-----
Por último, diz que olhou para este documento com atenção, apesar do tempo ter sido pouco, e dá uma nota negativa relativamente à apreciação que faz ao ano de 2015.-

O **Senhor Presidente** começou por dizer que o Senhor Vereador faz a leitura que mais lhe convém, apontando apenas aquilo que não foi feito e é certo que nem tudo foi executado, optou-se por aquilo que consideraram mais prioritário e, se a execução foi superior à de 2014 é porque alguma coisa foi executada. -----

Discorda quando diz que se deve tirar parte das transferências que fizemos. Essa parte é muito importante e há essa necessidade. Por exemplo, as transferências que são

efetuadas para as Juntas de Freguesia, para além de serem legais e quase obrigatórias, permitem a essas mesmas Juntas de Freguesia executar como se da própria Câmara Municipal se tratasse. -----

O Senhor Vereador menciona o que não foi executado, mas algumas das rubricas que mencionou foram abertas, com uma dotação reduzida mas que, em caso de necessidade seriam as mesmas dotadas, o importante seria estarem previstas em Orçamento, pois caso não existissem e fossem indispensáveis, obrigavam a que se operasse a uma revisão orçamental. Este é um procedimento que se considera perfeitamente normal nos orçamentos de entidades públicas, como é o caso das autarquias. -----

Menciona que fizemos 25 alterações orçamentais, é verdade, mas poderíamos ter feito 50 se as mesmas se afigurassem necessárias. Todas essas alterações foram submetidas para conhecimento do Órgão, e todas elas foram necessárias para ajustar dotações e se existe esta possibilidade legal então é para ser executada. -----

Houve, de facto, algum atraso em determinados projetos que agora estão quase prontos. O Executivo esteve a aguardar a emissão de pareceres, designadamente das Infraestruturas de Portugal e da EDP, levando a que optássemos por executar outros. ----

O Senhor Vereador fez apenas menção aos projetos com execução baixíssima, contudo não mencionou os projetos que se executaram, acrescentando que, se não fez mais obras, não foi por falta de vontade, mas porque não lhes foi possível. -----

O Senhor Vereador António Sebastião começou por dizer que não interessa esgrimir argumentos porque factos são factos e não há volta a dar-lhe, gostaria, ainda, de clarificar três ou quatro questões. -----

Quer que a sua análise não seja deturpada e que fique bem esclarecido que, quando fala em retirar das despesas de capital, as transferências para as Juntas de Freguesia e outras despesas realizadas, não está a desvalorizá-las mas apenas a separar o que são transferências de capital de investimentos diretos da Câmara em obras que estavam orçamentadas e não foram realizadas. É mais fácil transferir as verbas do que fazer a obra.-----

Esta é a sua leitura sobre a capacidade de intervenção da Câmara. -----

Não concorda com o Senhor Presidente quando este diz que existem apenas intenções de realização futura em muitas rubricas das GOP e por esse facto não foram concretizadas em 2015, a realidade do que falou atrás refere-se a rubricas com dotação significativa e portanto com intenção clara de serem realizadas. Alguns exemplos:-----

Requalificação Aldeia dos Fernandes com dotação de 115 mil euros; Requalificação do interior da Igreja de Nossa Senhora da Conceição com dotação de 134 mil euros; Pavimentação e Repavimentação de Caminhos do Concelho com dotação de 270 mil euros; Requalificação em Santa Clara e no Rosário com dotação significativa; Parque de Lazer da Urbanização de Santo António com dotação de 60 mil euros. São rubricas, entre outras, até de maior volume, com dotações consideráveis. -----

Quanto às alterações orçamentais, sabe que não há limite para o seu número, até podemos fazer uma por dia, mas não é isso que se pretende, pois tal significa que a elaboração dos documentos não se fez com atenção devida e até fica a ideia de que não se sabe bem o que se pretende fazer. -----

Cineteatro – 825 mil de dotação 318 mil de execução e querer convencê-lo que tem havido muita preocupação em terminá-lo, não colhe muito. -----

Por tudo o que atrás foi dito **vota contra** e **votará favoravelmente no que respeita à** aplicação do Resultado Líquido do Exercício. -----

Analisados os documentos, o Senhor Presidente colocou à votação o **Relatório de Gestão, bem como os demais documentos que integram a Prestação de Contas de 2015**, tendo a Câmara, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador António Sebastião, deliberado: -----

1.º - Aprovar os documentos que integram a Prestação de Contas de 2015, elaborados no âmbito do POCAL, de acordo com a Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Seção – Instruções n.º 1/2001, alterada pela Resolução n.º 6/2013 – 2.ª Seção, e da Resolução n.º 2/14, de 27 de novembro do Tribunal de Contas e, em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

2.º - Remeter os documentos em análise para apreciação e deliberação da próxima sessão ordinária da **Assembleia Municipal**. -----

3.º - Aprovar, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a presente deliberação em minuta**. -----

Prosseguindo, o Senhor Presidente colocou à votação o **inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município** e respetiva avaliação reportada a 31.DEZ.2015, tendo a Câmara, por unanimidade, deliberado: -----

1.º - Aprovar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município, e respetiva avaliação reportado à data de 31 de dezembro de 2015, elaborado nos termos do POCAL e no cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o qual se encontra disponível para consulta pública na DAF; -----

2.º - Remeter os documentos em análise para apreciação e deliberação da próxima sessão ordinária da **Assembleia Municipal**. -----

3.º - Aprovar, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a presente deliberação em minuta**. -----

Por último, o Sr. Presidente colocou à votação a **Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício**, tendo a Câmara, por unanimidade deliberado: -----

1.º - Aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício 2015, cujo montante global é de **€799.983,41**, nas condições expressas no ponto 2.7.3. das notas técnicas do POCAL, concretamente nas seguintes contas: -----

Conta 571 «Reservas Legais» - 5% - a que corresponde o valor de €39.999,17; -----

Conta 59 «Resultados Transitados» - 95% - cujo valor é de €759.984,24; -----

2.º - Remeter os documentos em análise para apreciação e deliberação da próxima sessão ordinária da **Assembleia Municipal**. -----

3.º - Aprovar, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a presente deliberação em minuta**. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

O Senhor Vereador António Sebastião produziu a seguinte declaração de voto: -----

“O meu voto contra prende-se com aquilo que foi a minha apreciação durante esta análise ao documento. A apreciação é política e prende-se com os objetivos e os projeto que a maioria

entendeu colocar nos documentos e o resultado que efetivamente conseguiu. Considero, que essa realização poderia ter sido mais conseguida e daí o meu voto contra.” -----

2.º - PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2016: -----

O **Senhor Presidente**, nos termos dos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL, submeteu à apreciação a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2016. -----

Referiu que nesta primeira Revisão está espelhada a aplicação do saldo de gerência mas também a decisão do Executivo em efetuar algumas obras prioritárias nas quais têm vindo a trabalhar em termos de execução. -----

De salientar, e do seu ponto de vista pessoal, reflete bem esta gestão. Fizeram obras nos últimos três anos, com o objetivo de fixar pessoas e garantir a manutenção dos equipamentos existentes. A manutenção dos equipamentos do nosso concelho consiste numa das suas preocupações e afigura-se-lhes prioritária, pois entendem que não se pode deixar desmoronar o que está feito. Existe uma estratégia que pretende ir ao encontro do que Almodôvar deveria ter e não tem. Aposta na requalificação e criação de infraestruturas permanentes para que as pessoas sintam vontade de ficar, para que venham de fora para desenvolvimento de atividades no concelho. Sabe que não há uma chave mágica para fazer tudo o que o concelho tem necessidade de ter e fixar residentes. Precisamos de uma gestão mais moderna que aposte no acesso ao empreendedorismo, ao acesso a melhores condições desportivas, ao acesso a terrenos para disponibilizar aos jovens e não só. -----

Dos projetos mais prementes, destaca-se a fixação de negócios, a Entrada Sul que está a concurso, o Parque de Caravanismo cujo projeto foi remodelado completamente, uma vez que o projeto existente era demasiado dispendioso, optando pelo caravanismo para que os turistas que nos visitam possam ter qualidade e garantia que podem ficar algum tempo com boas acessibilidades e possam assim usufruir do nosso roteiro turístico. -----

A intervenção na urbanização do Rosário, a requalificação de Santa Clara-a-Nova, em estado avançado, a requalificação urbanística da Aldeia dos Fernandes, o armazém e a oficina são também muito importante, tendo em conta a necessidade de libertação de espaço no centro da vila, para aplicar ali outros projetos, o projeto de requalificação do Largo de São Pedro; o acesso ao Complexo das Piscinas Municipais, que peca por tardio, sendo que este projeto já deveria estar pronto tanto por parte deste executivo como do anterior executivo. Este executivo há mais de um ano que anda em negociação com as Infraestruturas de Portugal, para que possam dizer-nos o que poderemos fazer ali. -----

São oito os projetos prioritários da Câmara Municipal. -----

A Câmara Municipal terá de garantir ainda a aquisição de um autocarro, porque há um que vai estar proibido de circular como transporte escolar. Renovar a frota de viaturas para trabalho, o que significa também reduzir custos de oficina, tem de investir em duas carrinhas de 9 lugares para transporte de crianças.-----

Há também a probabilidade de ter de investir, neste ano ou no próximo, num auto tanque para abastecimento de água à população não abrangida pelas infraestruturas das Águas Públicas do Alentejo, porque o nosso está muito desgastado, não obstante as reparações que foi agora alvo nas oficinas do município. -----

Existe a aspiração de adquirir mais terrenos para projetos de loteamento para que Almodôvar possa crescer, não obstante existirem já dois terrenos, um no Mártir e Santo (vulgo armazéns Sr. Jesuíno) e o outro, na Rua da Ferraria, para desenvolver projetos. Disse também que gostaria de adquirir outros terrenos para que Almodôvar se possa expandir nas periferias da vila, terrenos para jovens investidores, para que se fixem e não tenham de ir embora por falta de condições. -----

Relativamente ao loteamento da Aldeia dos Fernandes, explicou que o mesmo está pendente da alteração do PDM e quanto ao loteamento do Rosário esta é uma preocupação que têm de ter em conta. -----

Pretende, portanto, continuar a assegurar aquilo que julga ser dinamizador do tecido empresarial, de restauração e hotelaria com eventos que possam trazer captação turística para Almodôvar, dizendo, por fim, que não devemos ser um concelho que está na cauda mas sim na vanguarda. -----

O Senhor Vereador António Sebastião começou por dizer que ouviu atentamente o Senhor Presidente que mais parecia que estava a falar das Grandes Opções do Plano que já existem e que foram aprovadas nos órgãos e não de uma aplicação do saldo da conta de gerência.-----

Constatou que, a Câmara Municipal, este ano vai receber do Orçamento de Estado mais 110 mil euros do que tinha recebido em 2015 o que é naturalmente positivo, provavelmente por termos um governo socialista. Destaca esta nota positiva. -----

Foram aumentadas as dotações em diversas rubricas mas em termos gerais, o resultado final aumenta as despesas correntes e agrava mais o desequilíbrio orçamental.

O Senhor Presidente fala em conceitos modernos de gestão, expressão muito utilizada mas que não se sabe bem o que significa, o que sabemos é que em Almodôvar continuamos a precisar de outros investimentos.-----

Agrava o montante final, tem o dobro das despesas correntes em relação às de capital.-----

As opções não são as mais adequadas e são criadas novas rubricas com verbas significativas, como é o exemplo da rubrica Escrita do Sul com 200 mil euros, não sabemos como será o evento. Este Executivo tem adjudicado a publicidade destes eventos sempre à mesma empresa e sem qualquer controlo no cumprimento do estipulado no caderno de encargos. 30 Mil euros em publicidade, para a Escrita do Sul é claramente exagerado. -----

Depois, verifica que existe um reforço da rubrica do ALMARTE com um aumento significativo e 61 500 euros para publicidade, que em sua opinião é claramente exagerado, um abuso. -----

Uma outra situação que é simbólica e retrata bem a situação como é encarado o desenvolvimento do concelho verifica-se quando se coloca €10.500,00 para beneficiar a entrada do Campo de Futebol de Aldeia dos Fernandes e 10 euros para melhorar a cobertura da Igreja de Graça dos Padrões. -----

A maioria vai aprovar este documento e possivelmente durante o ano de 2016 muitas das coisas previstas não vão ser executadas, mas não deixa de ser preocupante esta visão e não se revê na aplicação destes dinheiros.-----

Não votarei favoravelmente.-----

O **Senhor Vereador Ricardo Colaço** disse que em relação a este documento quer acreditar que a enumeração de obras/projetos apresentadas anteriormente pelo Senhor Presidente, estarão no terreno este ano, porque também fizeram parte do Programa Eleitoral do PSD, no entanto, gostaria de ver presentes mais alguns investimentos no resto do concelho. -----

Assim e no sentido de orientação política no que diz respeito ao voto do PSD de Almodôvar, irá abster-se. -----

Dando pela última vez o *agrément* ao desempenho económico do Município, se não houver uma viragem no que são os investimentos de capital. -----

Termina como começou, quer acreditar que este ano Almodôvar possa avançar e não estagnar. -----

O **Senhor Vice-Presidente** disse que, em jeito de breve resposta às considerações referidas pelo Senhor Vereador Sebastião, até reconhece a sua análise política. Em relação ao Festival Literário que se irá realizar pela primeira vez em outubro e o ALMARTE, e como o Senhor Vereador sabe, são dois eventos que foram objeto de candidatura aos fundos comunitários. -----

Recorda que os investimentos que estão considerados nas rubricas de publicidade são os adequados ao evento, face à divulgação e promoção que se pretende, deixando claro que são 200 mil euros por cada edição do ALMARTE e 150 mil por cada Edição do Festival Literário, ou seja, nada tem a esconder em termos de valores, que são públicos e constam da candidatura, mostrando uma forma diferente de trabalhar. São questões culturais que primeira vez passam a ser objeto de financiamento, uma vez que se pretendem criar eventos que tenham impacto na promoção e divulgação turística. Ao longo dos anos, todos os nossos eventos de índole cultural têm sido analisados nas vertentes de despesas correntes e entretenimento da população, uma vez que a tendência é inverter esta situação e, nessa medida, é que vão ser objeto de candidaturas a fundos comunitários e será o seu carácter distintivo que potencializará o concelho. -----

O **Senhor Vereador António Sebastião** começou por dizer que quer fazer ainda duas considerações. Em primeiro lugar, realçar, a questão que referiu inicialmente, ou seja, a necessidade de ter em conta o estado atual do nosso concelho. No norte da Europa alguns países têm gastos elevados com despesas correntes porque já têm todas as infraestruturas construídas mas nós ainda não estamos nesta fase. -----

Nestes documentos das Grandes Opções do Plano de 2016 e a questão da aplicação do saldo não tem em conta esta necessidade e não corresponde ao que é necessário. --- Quanto ao Vereador Ricardo, este refere sempre o programa eleitoral do PSD e penso que isso não seria agora necessário. Todas as candidaturas tinham um programa eleitoral e muito parecido. A questão aqui, neste momento, é a fraca execução de investimento, independentemente daquilo que constava no seu programa eleitoral. Em sua opinião o Partido Socialista não tem capacidade, ou não quer fazer os investimentos que ainda são necessários ao concelho. Tem de existir equilíbrio na aplicação dos recursos financeiro. -----

Neste contexto, falta aqui muito daquilo que era possível fazer, dando resposta a um conjunto de investimentos que poderiam ser feitos e não serão. -----

O **Senhor Vice-Presidente** disse que terá todo o prazer de trazer, em reuniões futuras, o projeto formalizado para explicar com mais detalhe o que será o projeto do Festival Literário, quanto ao ALMARTE já os Senhores Vereadores o conhecem. -----

Concorda que o investimento não está todo feito mas a realização destes eventos não pode ser vista como uma estratégia isolada. O que nos servirá ter uma Vila “bonitinha” e não ter cá gente fixa no nosso concelho? -----

A melhoria da qualidade para assegurar o regresso dos que partiram e fixá-los cá e tornar a vila mais atrativa senão daqui a 10 anos não tem população. A estratégia é criar eventos e estratégias que possam deixar sementes para as indústrias criativas e culturais e exercerem atividade no concelho de Almodôvar. -----

O **Senhor Vereador António Sebastião** disse que concorda e uma coisa pode estar ligada à outra é uma questão de equilíbrio. Certo que não há uma medida para medir o impacto social destes eventos sejam quais forem, e apenas se verá a longo prazo. Houve muito investimento no Alentejo e a população têm vindo a diminuir e isto tem de ser analisado. Não podem é servir de pretexto ou de argumentação política para justificar gastos que podem ser mais contidos em determinadas coisas. -----

O **Senhor Presidente** disse que o Senhor Vereador Ricardo argumenta com o programa eleitoral do PSD mas quer salientar que enquanto Dirigente o que o preocupa é o que faz falta à população, independentemente do que está escrito em programas eleitorais dos partidos. -----

A prioridade é definir e executar as estratégias de desenvolvimento para o concelho, porque estamos num meio muito pequeno e todos partilham dos mesmos projetos e apenas o que os diferencia são as prioridades de aplicação que cada um lhes dá. -----

Está preocupado, primeiro em satisfazer as necessidades das pessoas e só depois em seguir os projetos prioritários delineados no programa do Partido Socialista, seguindo-se depois outros projetos que não constavam e passaram a prioridades. -----

Analisado o assunto, **a Câmara, por maioria**, com o **voto contra** do Sr. Vereador António Sebastião e **a abstenção** do Senhor Vereador Ricardo Colaço, **deliberou**: -----

1.º - Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2016, aplicando o saldo da Gerência do Exercício de 2015, no valor de €2.473.739,84, (dois milhões quatrocentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e nove euros e oitenta e quatro cêntimos) em conformidade com o estabelecido nos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL e em cumprimento das disposições conjugadas na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º e alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

2.º - Submeter os documentos em apreço à apreciação e deliberação da próxima sessão ordinária da **Assembleia Municipal**. -----

3.º - Aprovar, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a presente deliberação em minuta**. -----

Os documentos originais que compõem a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano em vigor no ano económico de 2016, foram devidamente assinados e ficam arquivados em pasta anexa ao presente livro de atas. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

Senhor Vereador António Sebastião produziu a seguinte declaração de voto: -----

“A minha declaração de voto vai ao encontro da exposição que fiz anteriormente. Não existe o equilíbrio que deveria existir, mas sim um desequilíbrio e esta Revisão acentua as despesas correntes no Município e devia ser de equilíbrio e não de incremento das despesas correntes.”-----

ENCERRAMENTO:-----

Nada mais havendo a tratar, pelo **Senhor Presidente** foi declarada encerrada a ordem de trabalhos pelas **dezanove horas**.-----

Para constar, e em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da reunião, que depois de aprovada, vai ser assinada, distribuídas fotocópias pelos serviços municipais e inserida na página eletrónica do Município. -----

E eu, Helena Camacho Gonçalves Guerreiro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, a redigi e subscrevo. -----